

O FUTURO DO BRASIL
ESTÁ EM NOSSAS MÃOS

O cenário de recessão, de desemprego e de falta de perspectiva, realidade vivida hoje por grande parte da população, coloca o brasileiro com uma responsabilidade ainda maior no dia 28 de outubro: que país nós escolheremos para o futuro. Preocupações como que tipo de educação os estudantes terão e quais direitos estes mesmos alunos encontrarão no mercado de trabalho são apenas dois pontos que separam, e muito, as propostas apresentadas e defendidas por Fernando Haddad e Jair Bolsonaro.

Enquanto Haddad defende propostas como a de revogar a reforma do ensino médio, que não garante acesso à escola a todos os jovens, **Bolsonaro** defende a diminuição de verbas federais para o ensino escolar público, inclusive defende o uso da educação à distância para crianças do ensino fundamental. A conjuntura da educação para os próximos quatro anos fica ainda mais perigosa ao analisarmos

outras propostas defendidas por Jair Bolsonaro, exemplo da Emenda Constitucional nº 95/2016, que amplia as políticas de ajuste fiscal, comprometendo os investimentos em educação e demais políticas públicas (saúde, segurança, transporte e moradia). Essa proposta, inclusive, obteve voto favorável de Bolsonaro no Congresso Nacional.

Além desses projetos, outras ações de Bolsonaro são motivo de preocupação para os jovens, exemplo da **reforma Trabalhista**, que visa tirar vários direitos do trabalhador brasileiro. Não bastasse ter votado a favor da reforma, Bolsonaro ainda incluiu em seu projeto de governo medidas que fragilizam as relações de trabalho, sobretudo para aqueles que ainda vão ingressar no mercado, exemplo dos estudantes. É bom ressaltar que Haddad defende a manutenção e a ampliação dos direitos, com a revogação de parte da reforma trabalhista e da lei de terceirização indiscriminada.

Outro ponto que mostra em qual lado cada candidato está é quando falamos sobre a reforma da Previdência. A reforma foi motivo de muita luta por parte dos trabalhadores nos últimos dois anos, quando conseguimos impedir que a medida fosse votada. Mas agora, com o passar das eleições, há um forte risco do projeto, que já foi aprovado pela comissão responsável por sua avaliação na Câmara, e agora pode ser aprovado no plenário. Caso seja aprovado, a **aposentadoria do trabalhador** ficará cada vez mais distante.

Jair Bolsonaro já declarou que é favorável à **reforma da Previdência**. Caso seja eleito no dia 28 de outubro, além de termos dificuldade em aposentar, o candidato dificultará a aposentadoria dos novos trabalhadores, inclusive com a forte redução salarial no momento da aposentadoria, que estará condicionada ao tempo de serviço.

www.valor.com.br/politica/5915139/bolsonaro-funcionalismo-publico-e-o-grande-problema-da-previdencia

COMO SERÁ CALCULADO O VALOR DO BENEFÍCIO

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
25 ANOS	70%
26 ANOS	71,5%
27 ANOS	73%
28 ANOS	74,5%
29 ANOS	76%
30 ANOS	77,5%

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
31 ANOS	79,5%
32 ANOS	81,5%
33 ANOS	83,5%
34 ANOS	85,5%
35 ANOS	87,5%



TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
36 ANOS	90%
37 ANOS	92,5%
38 ANOS	95%
39 ANOS	97,5%
40 ANOS	100%





A reforma trabalhista prejudicará os estudantes e é uma das metas defendidas por Bolsonaro, conforme mostra o link: <https://exame.abril.com.br/economia/bolsonaro-quer-dureza-em-reforma-trabalhista-e-gradualismo-na-previdencia/>

Quando analisamos toda a dificuldade que o trabalhador tem para entrar no mercado de trabalho e tudo que gira em torno de projetos que aguardam apenas a escolha do próximo presidente da República para serem apreciados, constatamos que o nos-

so voto é, sim, um passo que daremos para frente, em busca da esperança de um país melhor, ou para trás, onde o retrocesso e a perda de direitos se tornará uma realidade.

Com a aprovação dessas reformas iniciadas por Michel Temer, corremos o risco de

não termos, no futuro, os jovens garantidos no sistema previdenciário. Essa, inclusive, já é uma realidade nos Estados Unidos e em grande parte da Europa, onde os países garantem a aposentadoria dos filhos por meio de aplicações privadas; fator que está sendo desenhado aqui no Brasil com a reforma da Previdência.

A hora é de lutar para que o atual modelo de Previdência não seja alterado, assim como todos os projetos que prejudicam o trabalhador e o futuro dos estudantes brasileiros não saiam do papel. O resultado das eleições poderá ser o gatilho para que o retrocesso e a falta de perspectiva se transformem em uma realidade.

O Sinpro recomenda que os pais, estudantes e a sociedade em geral leia os materiais que têm sido produzidos pela imprensa no Brasil, para que possa avaliar e comparar as propostas defendidas por Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. O futuro do Brasil está em suas mãos. Escolha certo.

EDUCAÇÃO BÁSICA	
Revogação da reforma do ensino médio, que não garante acesso à escola a todos os jovens. Revisão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com foco na formação cidadã, para a vida e o trabalho. Instituição de programa Paz e Defesa da Vida nas Escolas, destacando as relações étnicorraciais, a diversidade de gênero, o combate à homofobia e a não violência. Priorização de todas as metas do Plano Nacional de Educação, com ênfase na gestão democrática escolar. Aprovação de novo Fundo da Educação Básica (FUNDEB) permanente, com mais recursos do Governo Federal para as escolas públicas. Programa de inclusão digital a partir do primeiro ano do ensino fundamental e programa de permanência na escola para os jovens em situação de pobreza.	Criação de colégios militares em todas as capitais, priorizando o ensino seletivo e doutrinador. Revisão da BNCC para priorizar conteúdos meritocráticos, competitivos e discriminatórios. Defensor da Lei da Mordaça (Escola sem Partido), com foco na perseguição a professores através de equipes que atuariam como censores escolares. Militarização do ensino com a promessa de nomear um general para o Ministério da Educação. Diminuição de verbas federais para o ensino escolar público, priorizando parcerias público-privadas, instituição de vouchers para escolas particulares etc. Implementação de educação a distância desde o Ensino Fundamental (6 a 14 anos) até o ensino superior, com o objetivo de baratear o investimento em educação.
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	
Revogação da Emenda Constitucional 95 (PEC da Morte), que congelou os investimentos públicos por 20 anos e desvinculou os recursos da educação previstos na Constituição também por duas décadas. Investimento equivalente a 10% do PIB em educação (meta 20 do PNE), priorizando a creche até o ensino superior. Instituição do Custo Aluno Qualidade para equalizar os investimentos em todas as escolas públicas do país. Recomposição dos recursos dos royalties e outras riquezas advindas da exploração de petróleo para o Fundo Social e para a educação.	Manutenção da Emenda 95 e ampliação das políticas de ajuste fiscal, comprometendo os investimentos em educação e demais políticas públicas (saúde, segurança, transporte, moradia) Não se compromete em aumentar os recursos, mas sim em privatizar a educação pública. Parcerias público-privadas priorizando o repasse de verbas públicas para as escolas particulares. Mantém a política do governo Temer de desvincular as riquezas do petróleo das políticas públicas, privilegiando acionistas privados.
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO	
Realização de Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente, equivalente a concurso público para ingresso na educação pública. Manutenção e ampliação de direitos, com revogação de parte da reforma trabalhista e da lei de terceirização indiscriminada. Regulamentação do piso salarial para todos os profissionais da educação, com diretrizes nacionais de carreira.	Terceirização de todos os postos de trabalho na educação pública (votou a favor da terceirização irrestrita e da reforma trabalhista) O candidato a Vice-Presidente propôs o fim do direito ao repouso semanal remunerado, 13º salários e 1/3 de férias. Terceirização e precarização do trabalho dos/as educadores/as de todos os níveis da educação (básica e superior).
OUTRAS PROPOSTAS	
Manutenção da política de cotas nas universidades, democratizando o acesso ao ensino superior. Reconhece Paulo Freire como patrono da educação brasileira. Continuidade da política de expansão das Universidades Públicas e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	Extinção da política de cotas nas universidades, promovendo a exclusão de milhares de pessoas de baixa renda. Promete "expurgar" a ideologia de Paulo Freire das escolas. Investimento exclusivo em escolas militares e privatização das escolas públicas, com terceirização de seus profissionais.

Jornal Mural CNTE - Outubro 2018

SINPRO Cidadão

Publicação destinada à comunidade.

Sinpro-DF(sede): SIG, Quadra 6, Lote nº 2.260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa:

Cleber Ribeiro Soares, Samuel Fernandes e
Cláudio Antunes Correia (Coordenador)

Tiragem: 1 milhão de exemplares

Jornalistas: Carla Lisboa, Leidiane Souza,
Luís Ricardo Machado e Ribamar Martins
Diagramação: Eduardo G. Antero

www.sinprodf.org.br